

Uma comissão já rediscute o transporte

Foi instalada quinta-feira passada a Comissão Permanente de Estudos do Transporte Coletivo. Atendendo uma antiga reivindicação dos rodoviários, que durante a greve de abril, colocaram a necessidade da existência de uma comissão com tais finalidades, a Secretaria de Serviços Públicos resolveu encampar a proposta.

Embora o início dos debates tenha sido atrasado por uma série de exposições que ocuparam uma hora e meia, as discussões giraram sobre dois temas radicalizados: a estatização versus a privatização do serviço de transportes públicos. Os empresários alegam que o serviço privado oferece sempre o custo mais baixo de manutenção, enquanto que a estatização também pode oferecer o custo baixo, além de manter sob controle do Estado uma atividade que é direito da população, antes mesmo de ser lucro de terceiros.

A reivindicação básica do usuário do transporte público do DF é que o preço é alto e o serviço baixo. Tal constatação não é nova. Desde os Governos passados que o brasiliense faz tais queixas. Os empresários alegam que têm muitos gastos com a manutenção dos ônibus, pagamento dos funcionários, etc.

É justamente aí que entram as defesas da estatização dos transportes. Se a atividade dá prejuízo, por que os empresários continuam a mantê-la? O Estado, segundo a Constituição, considera o direito de ir e vir ao cidadão. A próxima Constituinte não vai retirar esse atributo. Então, já que a exploração do transporte público é uma concessão que o Governo dá a terceiros, qual o problema em o próprio Estado oferecer o transporte, que, no mínimo, ficaria 12 por cento mais barato?

Em Brasília, a TCB é responsável por 32 por cento do transporte da cidade, a VIPLAN, 27 por cento, a Pioneira-Planeta, 32 por cento e a Viação Alvorada 16 por cento. A população das Cidades-Satélites é a grande usuária, entrando com aproximadamente 70 por cento.